

Polêmicas

O São Francisco, a razão e a loucura

ENTREVISTA DE DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO

NÃO ACEITANDO ser comparado com figuras históricas dos sertões brasileiros ou com o Mahatma Gandhi, Dom Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, revela a tranqüilidade e a firmeza com que realizou a greve de fome que paralisou a execução do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, porque comoveu a opinião pública do país ante a possibilidade de aquele protesto causar a morte de um prelado dedicado à população que vive nas margens do grande rio. Informando que sua decisão não foi aprovada pela hierarquia da Igreja, Dom Cappio lançou uma frase que ficou famosa: “Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho”.

No dia 15 de janeiro de 2006, quando veio a São Paulo a fim de anualmente reencontrar aqueles que se transferiram da região do São Francisco para nossa metrópole, Dom Luiz Flávio Cappio concedeu uma entrevista à *ESTUDOS AVANÇADOS*. Realizada numa das salas da imponente Igreja de São Judas Tadeu, no bairro do Jabaquara, dela participaram o jornalista Marco Antônio Coelho, editor executivo da revista, e o economista Paulo Batista Nogueira Júnior.

A seguir, um resumo dessa entrevista, cujos pontos principais já foram veiculados pela internet – nos *sites* do Instituto de Estudos Avançados da USP e de Dom Luiz F. Cappio (www.umavidapelavida.com).

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Gostaria de começar perguntando sobre sua formação intelectual e religiosa. Quais foram suas principais influências?*

Dom Cappio – Sou filho de Guaratinguetá, SP, no Vale do Paraíba. Nasci num lar bastante religioso, em que a presença de minha mãe determinou o encaminhamento de minha formação humana e, principalmente, religiosa. Meu pai trabalhava numa fábrica de tecidos. Os dois são italianos de nascimento. Estudei em Guaratinguetá, e ao término da escola secundária fiz a opção pela vida religiosa. Ingressei no noviciado franciscano em Rodeio, SC. Fiz o curso de Filosofia e Teologia em Petrópolis e Curitiba, e simultaneamente graduei-me em Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas na Universidade Católica de Petrópolis. Vim para São Paulo em 1973 e, durante esse ano, engajei-me na Pastoral do Mundo do Trabalho, quando Dom Paulo Evaristo [Arns] assumiu a Arquidiocese de São Paulo. Foi uma época muito difícil em virtude da repressão política. Trabalhando com o operariado na periferia paulistana, constatei que uma boa parte daquele povo provinha do Nordeste e vivia numa situação de penúria, de grande

sofrimento e marginalização. Esses nordestinos me diziam que haviam se transferido para São Paulo a fim de melhorar de vida. Pensei, então: como não deveria ser terrível a situação no semi-árido? Isso fez com que me sentisse atraído pelo Nordeste e o que me levou para lá no início de 1974. Desde aquele tempo passei a atuar como missionário franciscano e, ultimamente, como bispo na diocese de Barra.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *O sr. foi aluno de Leonardo Boff, não?*

Dom Cappio – Sim, ele é meu querido mestre e amigo. Tenho por ele um profundo respeito, admiração e bem-querer. Devo muito a ele, a partir de suas convicções, de seu testemunho de vida e de sua coerência intelectual e vivencial. Para um jovem exigente (que sempre fui em meu tempo dos anos rebeldes, nos anos de 1960), a presença de Leonardo Boff me indicou um norte – identifique-me como seu eterno discípulo.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Como o sr. vê a Teologia da Libertação e o papel que ela teve?*

Dom Cappio – Não diria o papel que ela teve, mas sim o papel que ainda tem. A Teologia da Libertação, como outras teologias, são avanços que a ciência teológica produz ao longo dos tempos. Uma teologia para se firmar e ter raízes profundas no pensar eclesial precisa de décadas e às vezes até de séculos. Mas à Teologia da Libertação não foi dado o tempo necessário para que realmente se fortalecesse como teologia. Ela foi incipientemente podada, mas seus efeitos continuam sendo ainda muito vivos. Quem sabe não com a exuberância que deveria ter hoje, mas seus efeitos continuam e estarão perenemente presentes no contexto teológico da Igreja Católica. Todavia, hoje pode não ter a exuberância que teve num momento histórico da Igreja.

Foto Mauro Belessa – IEA-USP



*Dom Cappio
durante a
entrevista*



Foto Jamil Bittar/Agência Reuters – 4/10/2005

Dom Luiz Flávio Cappio

A transferência para o vale do São Francisco

Marco Antônio Coelho – *Que razões o levaram a se interessar e a se transferir para o vale do São Francisco? Por que se dedicou ao estudo dos problemas do Velho Chico?*

Dom Cappio – Fui buscar as origens daquele povo que vivia em São Paulo e que havia chegado do Nordeste, porque neste está o ninho da miséria brasileira. Como franciscano, me sentia atraído em estar no meio daquele povo e entregar minha vida a seu serviço. Achava-me e ainda me acho muito identificado com essa realidade dura, cruel, do povo brasileiro, e me senti no dever – como cidadão e como franciscano – de somar a minha vida à vida daquele povo. Lá chegando, percebi que, embora as condições sociais e econômicas são precárias, ali está um povo de profunda riqueza humana, que cultiva suas tradições e leva a sério suas memórias, sendo também um povo de esperança e lutador. São sofridos, mas não deixam morrer no coração a esperança e os grandes ideais da vida. Isso faz com que a gente se apaixone por aquele povo e aquela região. Já dizia um antropólogo que, quando as realidades vivenciais são muito exigentes e cruéis, isso faz com que seja criado na gente um profundo amor. As carências do povo

do Nordeste e sua grandeza humana me cativaram. Além disso, fiz desse povo o meu povo, efetuando uma comunhão, um profundo casamento de 32 anos. E, se depender de mim, morrerei por lá. Em relação ao Rio São Francisco, ele foi uma descoberta que aconteceu ao longo de minha vida, porque até então ele, para mim, era apenas um acidente geográfico – como o Tietê, ou o Paraíba do Sul, onde aprendi a nadar. Fui entendendo que era mais do que isso – é a condição de vida de toda uma população. Um rio que nasce no sudoeste de Minas Gerais, muito perto do Rio Grande (afluente do Paraná), mas, que, ao contrário de seus semelhantes, ao invés de seguir para o Centro-Sul, faz uma curva e se encaminha para o Nordeste. Sempre digo que ele imita o santo de seu nome – nasce rico e entrega toda sua riqueza aos pobres. No Nordeste é a mãe e o pai de todo o povo, de onde tiram o peixe para comer, a água para beber e molhar suas plantações – principalmente em suas ilhas e áreas de vazantes. Mesmo não sendo o maior rio brasileiro em volume d’água, talvez seja o mais importante do país, porque é a condição de vida da população. Sempre dizemos: “Rio São Francisco vivo, povo vivo; Rio São Francisco doente e morto, população doente e morta”. Aí entra um dado ecológico que é refletido numa intenção social e antropológica: um rio com toda sua riqueza passa a ser importante na vida de um povo e na sua maneira de se organizar. Alguém me perguntou: “Você é um ecologista?”. Respondi: “Não, sou um pastor de gente, alguém que tem amor ao povo daquela região”. No entanto, descobri que esse amor passa pela preocupação de que eles tenham uma vida digna, cidadã, em plenitude. E isso passa pelo Rio São Francisco.

Marco Antônio Coelho – *Como o sr. aceitou ser bispo de Barra?*

Dom Cappio – Foi minha vocação franciscana. Depois de 23 anos que lá estava, em 1997, fui ordenado bispo. Durante esses anos eu trabalhava nas comunidades, caminhando e missionando entre os mais carentes. O episcopado é a Igreja quem nos confere, através do papa. Acredito que ele tenha visto em mim um trabalhador profícuo. Para minha surpresa como simples franciscano, recebi uma carta do santo padre me convidando para ser bispo de minha diocese. Ela compreende onze municípios: são 43 mil quilômetros quadrados, área maior do que a do Estado do Rio de Janeiro, mas com uma população tão-só de 250 mil habitantes. Recebi de bom-grado esse convite porque era a oportunidade de prestar um serviço em âmbito maior.

A caminhada que durou um ano

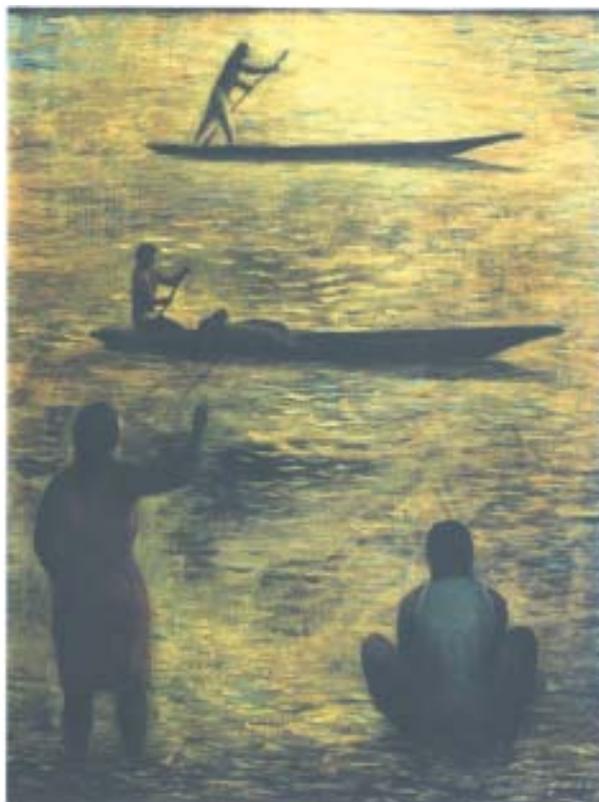
Marco Antônio Coelho – *Um fato pouco divulgado de sua vida de pastor é a caminhada que realizou durante um ano ao longo do Rio São Francisco. Como o sr. foi recebido pela comunidade ribeirinha e pelos párocos da região?*

Dom Cappio – Quando percebemos o valor do rio e como seu povo é o primeiro a cuidar dele – quase como guardiães –, identifiquei a necessidade de estabelecer um diálogo com a comunidade ribeirinha, justamente com o objetivo de mostrar que aquele rio é muito importante. Usando não a linguagem técnica do ecologista e do geógrafo, mas uma linguagem religiosa, que é a do povo simples



São Francisco (óleo s. tela, 60 x 83 cm, 1939), obra do artista Carybé.

do sertão. Falamos a eles que o rio é um presente de Deus para vida de todos. E que, antes de colocar o povo nessa região, Deus colocou o rio. Essa linguagem mística o povo entende. Outro objetivo da caminhada era fazer um grande diagnóstico, era identificar as grandes causas da morte do rio, porque observamos como o rio está morrendo. Nosso objetivo último era dizermos para os ribeirinhos que eles são os zeladores do rio e que tinham de assumir essa missão, já que nenhum estranho cuidaria disso. Dávamos exemplos concretos e simples de cuidados com as árvores – plantamos mais de um milhão de mudas – e de como não poluir o rio. Essa viagem



Beira-rio (óleo s. papelão, 40 x 35 cm, 1939), de Carybé.



Fotos Cortesia Dom Cappio

Encontro com os ribeirinhos durante a peregrinação.

virou uma página na história do rio e de seu povo. Porque, a partir de então, constatamos as inúmeras iniciativas que o povo começou a ter em relação a seu rio. Hoje podemos observar, da nascente à foz, um povo sensibilizado pela vida do rio – adultos, adolescentes, crianças, prefeituras, escolas, zona rural, meios de comunicação etc. Percorremos todas as comunidades ribeirinhas, pois, se na viagem gastamos um ano, a preparamos durante dois anos. Antes de começar a peregrinação estivemos em todas as dioceses à beira do rio (são dezesseis); conversamos com o bispo de cada uma e pedimos seu apoio; através deles contatamos todas as paróquias na beira do rio (quase 100). Começamos no dia 4 de outubro de 1992 e, pontualmente, celebramos o encerramento na foz em 4 de outubro de 1993. O cronograma foi disciplinadamente observado, embora, como possam imaginar, foi difícil percorrer em um ano uma diversidade incrível de realidades. Visitamos todas as comunidades, realizamos palestras nas escolas – desde o pré-primário até as universidades. Debates os objetivos da caminhada com os meios de comunicação, com os grupos organizados e associações de bairro; o mesmo sucedeu com as entidades, câmaras de vereadores e prefeituras etc.

Gandhi e as grandes figuras do sertão

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Depois da greve de fome, o sr. tem sido comparado a algumas figuras importantes no Nordeste; por exemplo, o padre Cícero e Antônio Conselheiro. Como o sr. vê essas comparações e qual sua avaliação sobre essas figuras históricas?*

Dom Cappio – Tenho uma profunda veneração por essas figuras, como o padre Ibiapina, que foi um grande educador do sertão, pois aplicou uma pedagogo-



Dom Cappio também esteve nas escolas da região falando aos estudantes sobre o rio.

gia incrivelmente avançada para o seu tempo. O mesmo posso dizer do padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro, que foi um homem profundamente comprometido com o seu povo, mas muito mal compreendido pela própria Igreja, embora hoje reabilitado. Antônio Conselheiro também é uma pessoa a ser mais bem estudada, porque possuía um carisma incrível, um poder de arrebanhar o povo e de mostrar um norte. Enfim, são personalidades a quem respeito. Quando me comparam a essas figuras – digo com toda sinceridade –, sinto-me muito aquém. Quem sou eu, meu Deus, para ser comparado ao padre Ibiapina ou ao padre Cícero? Quem sou eu para ser comparado a Antônio Conselheiro? Não sou ninguém. Sou um simples e pequeno franciscano que procura levar a sério e coerentemente sua vocação. Estou muito longe de ser até a sombra dessas figuras históricas. O povo na sua generosidade e na sua grandeza de alma tem uma sede, uma fome de atualizar seus grandes heróis. É um processo de substituição, um desejo muito grande. Se fizermos uma análise mais aprofundada desse fenômeno de psicologia social, concluiremos que estamos vivendo uma época de carência de líderes populares. Então, o povo almeja, sonha, em vislumbrar no mundo de hoje alguém que tenha a grandeza de um Ibiapina, a liderança de um Conselheiro, o comprometimento de um padre Cícero.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Também no exterior sua luta teve enorme repercussão. Por exemplo, The Economist chegou a dizer, em relação à sua greve de fome, que o Rio São Francisco havia encontrado o seu Gandhi. Então, queria lhe perguntar: o sr. estudou a experiência de Gandhi, da resistência não-violenta? E a experiência dele com greve de fome teve alguma influência em seu gesto?*

Dom Cappio – Gandhi me fascinou notadamente no meu tempo de militância como estudante, e em alguns dos meus primeiros anos em São Paulo, na Pastoral do mundo do trabalho, quando estávamos no auge da repressão política brasileira. Se alguém desejar ser fiel ao Evangelho e fiel ao carisma de São Francisco de Assis tem de se exercitar numa postura não-violenta, de tolerância. Exercitar sua fé no amor, acreditar na possibilidade de um mundo melhor, sem o uso da violência. Porque a violência atrai a violência e o amor gera o amor. Uma figura muito atualizada nesses valores foi Gandhi. A ideologia da não-violência dele era profundamente iluminadora e isso nos ajudou muito, pois ele sempre indicava um caminho. Embora eu não tenha me aprofundado no estudo da vida de Gandhi, ele foi uma personagem histórica que marcou a sua época e sua luta tinha um conteúdo que nos ajudou numa fase muito difícil como aquela que vivemos no Brasil durante tantos anos.

A razão e a loucura

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Quando o sr. iniciou a greve de fome, disse aquela frase que foi muito citada: “Quando a razão se extingue, a loucura é caminho”. Qual é o papel que o sr. vê para a razão e a loucura nos assuntos humanos e nas questões sociais?*

Dom Cappio – Aquela frase ficou um tanto ambígua. Mas quem penetra nas entrelinhas do significado dos termos entende as razões profundas daquela frase. Eu diria o seguinte: minha vida é alimentada pela fé. O que me norteia é minha fé incondicional. A presença de Deus na minha vida, a sinceridade com que procuro trazer para ela essa presença do Deus vivo e do desejo de estar no meio do seu povo, segue aquela lição de São Paulo – “a de que para o mundo a fé é uma loucura”. O que o mundo não entende só pode ser explicado pelo lado da fé. Então, um gesto como esse para o mundo é uma loucura. Como é que alguém que tem tudo para ter uma vida razoavelmente tranqüila faz a opção de morrer por uma causa do seu semelhante? Isso é loucura... Eu diria – é até uma insanidade. Quem olha para o significado dos termos formais pode até pensar que aquela pessoa está louca, e deve ser levada para um tratamento psiquiátrico. Entretanto, quem lê as entrelinhas e conhece um pouquinho do coração da gente sabe que os motivos são bem outros. Quando eu dizia loucura, me referia à loucura da fé, de alguém que faz uma opção de vida que está na contramão do pensamento das pessoas normais. Desde meus primórdios, pois venho de uma família abastada, fiz um voto de pobreza, entrei numa ordem religiosa, vou para o sertão e, de repente, opto por morrer. Então, para alguém que não traz em seus parâmetros a fé, tudo é uma loucura, uma insanidade. Nesse sentido, Jesus e São Francisco de Assis foram loucos. Uma loucura que não é a insanidade da razão, mas a saúde espiritual do coração.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Essa decisão de realizar a greve de fome foi tomada solitariamente, ou antes o sr. consultou amigos, correligionários, parentes e pessoas da Igreja?*

Dom Cappio – Essas decisões não podem ser tomadas em mutirão, pois dizem respeito só a você mesmo. É algo que pertence ao fórum íntimo que alguém toma diante de Deus e diante dele mesmo. Esse ano de 2005 foi o mais difícil da minha vida, já que convivi com a morte 24 horas por dia. Meu documento anunciando a greve de fome foi assinado no domingo de Páscoa, no final de março. Isso porque o início das obras da transposição estava previsto para abril. Porém, aconteceu que, justamente naqueles dias, estourou a denúncia da corrupção em Brasília. Então, todos se voltaram durante meses para esse problema. Em fins de setembro as questões em Brasília se amenizaram e, quando ocorreu o plebiscito em torno da venda de armas, percebi que era o momento de realizar o gesto contra a transposição do São Francisco. Assim, desde o início do ano até o final de setembro convivi com o espectro da morte ao meu lado, e isso é doloroso e cruel. Foi uma experiência dura e exigente. Por outro lado, foi rica, pois foi vivida dentro de um espírito de muita fé. Acredito que, se não fosse a fé que me alimenta, eu não teria suportado. No dia seguinte, quando tomou conhecimento da minha luta, sem pensar muito, o presidente Lula comentou: “Ah, e se agora pegar moda de todo mundo fazer greve de fome diante de um problema qualquer...”. Em nossa conversa, no Palácio do Planalto, comentei com ele: “Olha, presidente, essa moda não pega. É cruel e desumana”.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Um aspecto interessante é a reação da Igreja diante da sua iniciativa. Antes de iniciar a greve de fome o sr. conversou com seus superiores hierárquicos?*

Dom Cappio – Logo depois que tomei a decisão de promover a greve de fome, conversei com Adriano Martins, sociólogo ambientalista, uma pessoa pela qual nutro grande respeito, quer pela sua capacidade intelectual quer pela sua amizade. Fiz dele um grande interlocutor. Ele, também por amor à causa, com muita dor no coração, pois me estima muito, aceitou esse desafio que foi tão pesado para ele. Também comuniquei a meus familiares a decisão que havia tomado. Porém, não pedi sugestões e conselhos. Os senhores podem imaginar o quanto isso foi doloroso para eles que sempre caminharam ao meu lado. Igualmente, conversei com alguns colegas. Meu gesto não foi aprovado por ninguém, mas foi aceito. Com a CNBB houve a mesma coisa, pois ela nunca concordou com a minha decisão, mas sempre a respeitou. Não gosto dessa expressão “greve de fome”. No entanto, é uma questão de palavra. Se eu dissesse: “Vou para Cabrobó fazer um jejum de oração”, não criaria impacto. O importante é entendermos os fatos. Embora estivesse pronto para morrer, tinha certeza que se iria encontrar uma solução. Isso porque vivemos no contexto de uma nação onde se pode discutir em torno de uma mesa para se chegar a um consenso, sem a necessidade de haver um cadáver no meio da discussão. Todavia, um jornalista da BBC, de Londres, disse a meus familiares (como fiquei sabendo depois) que eles deveriam se preparar porque eu iria morrer, pois o governo não cederia.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Ninguém tentou impedi-lo de realizar a greve de fome?*

Dom Cappio – Recebi uma carta do Vaticano, através da Secretaria para os Bispos, pedindo insistentemente que voltasse a me alimentar, pois a minha atitude estava causando um grande problema de ordem moral – a questão da opção pela vida, ou pela morte –, sendo um fato sem antecedentes. O Vaticano, então, pediu que eu me mantivesse aberto a todas as possibilidades de uma solução. Foi o que fiz. Quando o Jacques Wagner chegou a Cabrobó levando uma segunda carta do presidente Lula, disse a ele: “Ministro, não estou satisfeito com o teor dessa carta, por isso permaneço sem me alimentar”. Foram cinco horas e meia de discussão. Ele com todas as suas energias renovadas e eu com onze dias de jejum. No entanto, era ainda capaz de discernir o que era melhor ou não. Enfim, cheguei a um acordo, sendo fiel ao que me foi pedido, ou seja, que me mantivesse aberto a todas as possibilidades para que minha vida não fosse tolhida. Fiquei satisfeito quando o ministro Wagner disse que não se falaria mais em transposição a fim de abirmos um grande diálogo. O resultado transcendeu as minhas expectativas, porque no início também eu estava sendo autoritário. Contudo, tive a capacidade de me abrir para o diálogo. Tanto é que isso me levou a interromper o jejum, abrindo esse diálogo em que participaria a nação brasileira, deixando de ser apenas um problema meu, para se tornar um problema nacional. Havia grande preocupação com a minha vida e um bem-querer muito grande por parte da Igreja. A CNBB – na figura de Dom Geraldo Majella – foi um pai, um irmão, um amigo que me ligava todos os dias para saber como eu estava. Meu queridíssimo Dom Luciano de Almeida estava preocupado e, encontrando-se em Roma naqueles dias, também fez jejum em solidariedade a mim. O mesmo sucedeu com tantos outros, alguns que não concordavam comigo, mas que também são meus irmãos. Era tanta gente comigo que me sentia confortado.

O transcórre da greve de fome

Paulo Nogueira Batista Júnior – *O sr. entrou em greve abruptamente, ou foi diminuindo a alimentação aos poucos?*

Dom Cappio – Abruptamente. Sempre fui muito comedido no comer e no beber, além de haver sempre gozado de boa saúde. Só bebia água do São Francisco. No dia 26 de setembro tomei, como última alimentação, um suco de maracujá, mais ou menos às dez horas da manhã. Depois de doze dias recebi soro no hospital. Minha primeira ingestão foi de água de coco.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *E o sr. teve acompanhamento médico?*

Dom Cappio – Lá estiveram o juiz de Direito de Cabrobó e o promotor de Justiça pedindo cordialmente que eu aceitasse o acompanhamento médico. Concordei, mas como a cidade tem apenas um médico, disse que gostaria que ele não ficasse à minha disposição, quando tanta gente carente necessita dele. Ele poderia vir apenas de vez em quando, medir a pressão etc. E assim foi. A partir do oitavo dia ele passou a me visitar duas vezes ao dia para fazer um pequeno *check-up*. Havia também uma ambulância à disposição. Houve esse acompanhamento, e foi muito carinhoso. A secretária de Saúde do Estado de Pernambuco foi me



Dom Cappio toma caldo de galinha, após suspender a greve de fome.

visitar para saber como eu estava sendo tratado. Não posso reclamar porque fui bem acompanhado, sendo alvo de muito carinho e cuidado.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *E como é suportar uma greve de fome?*

Dom Cappio – É uma loucura. Se a gente não tiver um suporte espiritual, uma experiência muito profunda de Deus na sua vida, de uma fé de que a morte não é o fim, é passagem. Como diz São Francisco, é morrendo que se nasce. Se não tivermos uma profunda convicção da eternidade presente no tempo, não fazemos nada. Uma greve de fome é uma agressão tremenda, já que faz parte do instinto humano a preservação da vida. Só tendo uma convicção espiritual muito forte podemos vencer o instinto. Os quatro primeiros dias são insuportáveis e muito dolorosos porque se tem a expectativa do organismo pelo alimento que deve receber, que vem de fora. Depois disso o organismo está psicologicamente preparado, pois sabe que não vai receber nada e passa a se autoconsumir. Você não sente tanto a necessidade do alimento, mas o enfraquecimento é visível e cada vez mais você percebe a debilidade em seu corpo. Começa a faltar a memória e aparecem as dificuldades de se locomover. Depois fiquei sabendo que, pelas previsões médicas, eu agüentaria apenas mais dez dias.

O diálogo com Lula e o governo

Marco Antônio Coelho – *Como foi a negociação no Palácio do Planalto?*

Dom Cappio – Na conversa com o presidente da República, exatamente há

um mês, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva me questionou: “Dom Luiz, por que o senhor antes não veio conversar comigo e apresentar suas razões a respeito da transposição do São Francisco?”. Respondi: “Presidente, vim sim, e não apenas uma vez, mas diversas vezes. Participei de todos os debates e seminários em defesa do rio, do povo, e do semi-árido. O senhor pode ver que em todos os documentos enviados encontra-se a minha assinatura. Porém, infelizmente, esses documentos nunca foram examinados. O governo sempre colocou de lado a contribuição que veio da sociedade brasileira. Os senhores decidiram realizar esse projeto na contramão do desejo do cidadão brasileiro. Assim, dentro de nosso discernimento, somente um gesto desesperado poderia sensibilizar o governo. Por isso é que assumi esse grito, sem prever suas conseqüências e resultados. Ou seja, a CNBB me apoiar e, a partir dessa postura, obter a cobertura da mídia nacional, tornando o Brasil e o mundo sensíveis à causa do São Francisco. Porém, o resultado poderia ser outro. Todos poderiam ignorar meu comportamento e hoje eu poderia estar descansando num campo santo. As conseqüências desse gesto eram imprevisíveis, portanto. A vida é sempre um risco e em decisões você corta alguma coisa. Num gesto desesperado, cortei até a possibilidade de viver. Foi uma *decisão*, na tentativa de meu protesto ser ouvido. Isso porque a minha fala civilizada foi inútil, sendo necessário um gesto louco para minha opinião ser levada em conta”.

Marco Antônio Coelho – *O governo está firme na disposição de levar adiante o projeto da transposição. Diante disso, embora seja uma especulação, qual será sua posição face ao desatino do governo?*

Dom Cappio – Quando fomos ao Palácio do Planalto, para o governo, o encontro conosco seria o término do diálogo acertado em Cabrobó. Todavia, tive o cuidado de dizer ao presidente Lula que naquele encontro simplesmente iniciáramos o processo de discussão. Portanto, alterei o sentido daquela reunião em Brasília. Para o presidente e seus assessores, principalmente o ministro Ciro Gomes, tudo se resumiria no seguinte: “Pronto, recebemos o bispo, ouvimos suas reclamações e encerramos os compromissos assumidos em Cabrobó”. Assim, os surpreendemos quando afirmamos que apenas estávamos iniciando um debate. Conversamos duas horas e meia naquela reunião no dia 15 de dezembro. Ao final, o presidente disse: “A minha posição é de fazer a transposição, pois estou convencido que é importante. É uma meta de meu governo”. Então, qual foi a posição do presidente? Destaco três pontos: 1. o propósito dele é realizar o projeto de transposição de águas do rio; 2. ele aceitou nosso pedido de abrir o debate na sociedade brasileira; 3. afirmou que poderá mudar de idéia caso nossos argumentos sejam convincentes. Ouvi esses três pontos. Já que estou disposto a conversar, tenho de confiar no presidente. Se não, nem teria ido lá. Com frequência estão saindo nos jornais notícias que a transposição será feita. Porém, conhecemos a mídia e o jogo que ela faz. Para nós, vale o que foi firmado. E até agora tem sido respeitado tudo que combinamos. Pode ser que, daqui a três meses,

quando for publicada esta entrevista em *Estudos Avançados*, estaremos diante das seguintes possibilidades: 1. o governo não mais poderá realizar nenhum projeto em razão de exigências legais que impedem o início de obras nos meses que antecedem o pleito eleitoral; 2. no entanto, pode ser que comecem as obras se o governo rapidamente eliminar na Justiça as medidas que paralisaram a execução do projeto da transposição. Então, se isto suceder, veremos o que poderá ser feito.

Paulo Nogueira Batista Júnior – *Se o governo não cumprir o acordo, o sr. tem dito que voltará a Cabrobó e não voltará sozinho. Qual sua expectativa em relação a isso?*

Dom Cappio – Minha palavra se mantém. Porém, há outras formas de luta. Decisões extremas talvez aconteçam apenas uma vez na vida. Pela mobilização que minha atitude ocasionou, temos outras formas de impedir esse projeto de transposição. O grito foi dado, mas não é gritando continuamente que resolvemos os problemas. Com o trabalho que realizamos em Brasília, com aquelas discussões a respeito de medidas sobre o semi-árido, conseguimos reunir quem estava conosco, pois o governo estava coeso, mas nós ainda não. Agora falamos a mesma linguagem. Todos podemos explicar por que o rio necessita da revitalização e daquilo que propomos como alternativa. Hoje existe um conjunto comum de teses que nos unem. Todavia, ainda há um imenso trabalho a ser feito. No entanto, se isso não for respeitado e se amanhã aparecer nos jornais a notícia de que o “governo iniciou a transposição”, vamos decidir o que fazer – e vocês ficarão sabendo.

Anexos

Carta ao presidente da República

É IMPORTANTE reconhecer e destacar que esta audiência dá início à participação da sociedade na discussão de um modelo de desenvolvimento baseado na convivência com o semi-árido, que priorize os direitos dos pequenos. Os movimentos sociais e seus coletivos há muito fazem a reflexão das alternativas, origem da pauta inicial para este processo de discussão.

Não mudamos nossa compreensão da transposição de águas do Rio São Francisco, conforme já expressa em Cabrobó. A transposição recebe severas críticas dos movimentos sociais, dos coletivos populares, amparados em estudos de técnicos e especialistas em recursos hídricos.

O Brasil possui uma das mais injustas concentrações no acesso à água. A transposição do Rio São Francisco é um projeto de segurança hídrica dos grandes reservatórios, o que reafirma atual lógica de exclusão no acesso à água. Ele não contempla a democratização ao acesso à água e a ampliação da rede de distribuição. Não é verdade que a transposição levará água a quem tem sede e isto, por si só, já é um impedimento ético mais do que suficiente para justificar a oposição a este projeto.

De qualquer forma, tomamos a iniciativa de trazer um documento que sintetiza os principais argumentos éticos e sociais que amparam a consciente oposição à transposição.

O Rio São Francisco, vítima de décadas de descaso e exploração insustentável, agoniza lentamente. É imperativo um pacto nacional pela recuperação do rio. Os diagnósticos da situação são amplamente conhecidos e os documentos que trouxemos demonstram claramente isto.

Precisamos passar do diagnóstico para o tratamento real e efetivo, acima e além de quaisquer interesses regionais ou institucionais isolados e de curto prazo.

O desenvolvimento do Nordeste brasileiro exige a superação da visão preconceituosa do que seja a vida no semi-árido. Já existe uma proposta básica, um indicativo de caminho, para um projeto de desenvolvimento, baseado na convivência com o semi-árido. Uma proposta viável em termos técnicos e econômicos, além de socialmente justa e inclusiva.

Em primeiro lugar, é de fundamental importância que a democratização do acesso à água seja o tema central do modelo de desenvolvimento a ser discutido. A água é um direito humano fundamental, secularmente negado à população do Nordeste brasileiro, porque as obras hídricas sempre reproduziram o modelo concentrador e excludente.

Para o desenvolvimento de um sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos existentes no semi-árido brasileiro será essencial que a água democratizada esteja realmente disponível para o atendimento das demandas da população.

Mas a água por si mesma não é suficiente para garantir um desenvolvimento socialmente justo e economicamente inclusivo. É essencial a concepção de uma reforma agrária que seja desenvolvida a partir das reais características do semi-árido.

Existem inúmeras iniciativas da sociedade organizada que demonstram as potencialidades da convivência com o semi-árido. As cisternas de placas para consumo doméstico, as cisternas de produção, as barragens subterrâneas, as microbarragens, dentre outras, precisam do apoio de políticas públicas que integrem e sistematizem as ações atualmente isoladas.

O modelo de desenvolvimento sustentável no semi-árido é um tema complexo, que demandará amplas discussões entre a sociedade, especialmente no semi-árido e o governo.

Mas, quaisquer que sejam as dificuldades operacionais deste debate, é importante reafirmar a necessidade de um modelo nascido de forma democrática e participativa.

Um modelo de desenvolvimento sustentável no semi-árido é um importante componente de um projeto de país, que seja realmente democrático, justo e inclusivo a toda população historicamente marginalizada.

Esperamos que a abertura deste grande processo de discussões receba as bênçãos de Deus e que seja um marco histórico na transformação de nosso país.

Brasília, 15 de dezembro de 2005.

Dom Luiz Flávio Cappio, bispo diocesano de Barra, BA.

Relatos de uma peregrinação

OLIVRO *Rio São Francisco – uma caminhada entre vida e morte* (Cappio et al., 1995) registra o que sucedeu na caminhada da Serra da Canastra até a foz do São Francisco, realizada durante um ano – de 4 de outubro de 1992 até 4 de outubro de 1993. Nela participaram frei Luiz Flávio Cappio, a irmã Conceição Tanajura Menezes, Orlando Rosa de Araújo e Adriano Martins.

Esses relatos foram escritos por solicitação de entidades atuantes na defesa do rio. Mensal ou bimensalmente, os peregrinos definiam os assuntos mais importantes daquele período e eram redigidos por Adriano Martins em forma de cartas. Transcrevemos, a seguir, uma delas, escrita na cidade de Januária, em 4 de fevereiro de 1993:

“Amigos do São Francisco,

Escrevo tardiamente. Já se passaram dois meses desde nossa última carta. A fadiga das longas caminhadas e travessias do rio, a exigência do trabalho e as condições simples do povo que nos hospeda dificultam as escrituras. A lida com as palavras, sempre árida em relação ao vivido, tenta partilhar um pouco destes últimos dois meses de caminhada.

Desde o início de dezembro estamos percorrendo a área mineira do Polígono das Secas, região onde a chuva se torna escassa e o vínculo de dependência entre a população e o rio passa a ser fundamental. Aqui, o rio do povo e o povo do rio compõem fios de uma única e vital rede de interdependência. É do Rio São Francisco a água que se bebe, é ele que fornece o peixe e é do plantio nas ilhas e vazantes que vem o sustento do povo barranqueiro. O rio gera a base de sobrevivência e as atividades econômicas e fundamentais do seu povo. Ouvimos de Dona Iraci, na Barra do Rio Urucuia: *‘Quem na beira do Rio São Francisco morá, de fome não morrerá’*.

Em nossa caminhada vemos, com tristeza, os fios desta rede de interdependência serem rompidos. O povo do rio está sendo cada vez mais afastado de suas beiras, tomadas pelas fazendas de gado. Está sendo afastado também das chapadas, tomadas pelo carvoejamento e pela monocultura do eucalipto. Desde que o rio passou a ser visto como área de interesse para a expansão do capital, o povo do rio se vê ameaçado em sua sobrevivência. Destruir ou alterar as condições naturais do São Francisco e seus ecossistemas significa destruir as condições básicas de sobrevivência dos milhões de seres humanos que formam o povo do Rio.

Concentração das terras – Durante uma celebração na cidade de São Francisco conversávamos sobre a necessidade urgente de recuperar as matas da beira do Rio. Uma senhora, bastante sensibilizada e disposta a agir, perguntou: *‘Como poderemos replantar a beira do rio se hoje ela está nas mãos dos ricos?’*

Assoreamento e diminuição da vazão do Rio – Relato feito em Pirapora, durante uma reunião: *‘Tenho 70 anos e já vi o Rio São Francisco, na seca, com mais água do que agora com as chuvas’*. Outro relato, feito pelo dirigente da comunidade de Bom Jardim em São Francisco: *‘O rio está morrendo e nós aqui já descobrimos. Antes, de barranco a barranco eram mil metros, hoje é cada coroa que em alguns lugares já diminuiu para 500 m’*.



Os quatro participantes na peregrinação de 1992.

A fome – Quando fomos de Barra do Pacuí (município de Ibiaí) para Ponto Chic (município de Ubaí), a uma certa altura a chuva impossibilitou a continuidade da caminhada e nos abrigamos em uma casa próxima ao Riacho da Fama. Eram 15h00 e esta família não tinha nada além de pequi para o almoço (fruto generoso do cerrado). Até a farinha tinha acabado. Em muitas comunidades fomos hospedados por famílias de pescadores que dificilmente comem do peixe que pescam. Normalmente o dono do armazém local é também o ‘atravessador’ do peixe, e os pescadores, pressionados por dívidas que nunca têm fim, repassam diretamente a este todo o fruto de seu trabalho. Ouvimos em Palmeirinha, município de Pedras de Maria da Cruz, este bendito entoadado por um povo familiarizado com a doença, a fome e a violência:

‘Viva São Francisco de toda grandeza / Retrato de Cristo, ele é Pai da pobreza / Senhora Santana livrai-nos da peste / Da fome, da guerra e dê chuva na terra’.

Intoxicação nos eucaliptais – Depoimentos de uma senhora que já trabalhou aplicando agrotóxicos em eucaliptais de Buritizeiro, sobre o socorro prestado aos colegas que desmaiavam durante a aplicação: *‘Quando caía, a gente levava o companheiro para perto da água e lavava com sabão até chegar o carro para levar a pessoa para a cidade. O veneno era o Blenco’* (Blenco ou Bromex é um gás de brometo de metila altamente tóxico, de Classe I, proibido em sete países).

As veredas do grande sertão – As veredas (ecossistemas das nascentes nos cerrados brasileiros) eram tão freqüentes no município de Buritizeiro que foi cenário para filmagens da minissérie ‘Grande Sertão: Veredas’, adaptação do romance de João Guimarães Rosa, produzida e veiculada pela rede Globo de Televisão. Hoje, o município de Buritizeiro já não poderia mais servir de cenário para a saga de Riobaldo Tatarana. A maior parte de suas veredas, ecossistema protegido por lei, foi barbaramente destruída ou danificada pelo carvoejamento.

Segundo informação obtida na câmara de vereadores daquele município, Buritizeiro possui hoje a maior área de monocultura de eucalipto do Brasil. Em 1972, a chegada das carvoeiras no município foi saudada pelas oligarquias locais como sendo ‘o dedo de Deus’ promovendo o progresso da região. Poucos anos depois, o povo começou a descobrir a farsa: carvoeiras e ‘reflorestadoras’ – é possível chamar uma monocultura ecologicamente tão danosa como a do eucalipto de floresta? – são, na verdade, o ‘diabo verde’ a infernizar a vida já sofrida do povo pobre do sertão.

Foto Cortesia Dom Cappio



Dom Cappio chega a uma comunidade da região.

Poluição do ar e das águas promovida com o dinheiro público – A industrialização de áreas-pólo no Nordeste brasileiro, estratégia adotada pela Sudene, consumiu somas fabulosas do erário público com a justificativa de minorar as condições de miséria no sertão. Da forma que foi implantada, via de regra, esta estratégia criou problemas sociais graves, acentuando consideravelmente o êxodo rural (Montes Claros, cidade-pólo do norte de Minas, tem hoje 90 mil favelados). Além dos problemas sociais, agravam-se os problemas ambientais. Em Pirapora empresas que produzem e exportam ferro silício para o Japão lançam no ar resíduos altamente prejudiciais à saúde da população. Empresas têxteis lançam restos de tinta e soda cáustica diretamente nas águas do Velho Chico. A desinformação e o pequeno poder de pressão da população local, herança da cultura

de dominação política no nordeste, aliados ao sucateamento e corrupção nos órgãos públicos, responsáveis pela fiscalização ambiental, fazem do Vale do São Francisco uma terra-de-ninguém, onde o lucro irracional de poucos significa a morte para milhares.

Os cerrados – Segundo bioma (conjunto de ecossistemas) em extensão da América Latina, os cerrados brasileiros entram em contato com todos os demais biomas do país: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal Mato-Grossense, Caatinga, Mata de Araucária e os Pampas. A altitude e a grande capacidade de absorção da água da chuva pelos solos arenosos dos cerrados fazem deste bioma uma verdadeira caixa d’água, alimentando seis das oito maiores bacias hidrográficas do país. Da região dos cerrados parte o Velho Chico e seus mais importantes afluentes, a maioria dos rios da margem direita do Amazonas, todos os rios da bacia Araguaia-Tocantins, grande parte dos rios da bacia do Prata e parte considerável dos rios das bacias do leste e nordeste brasileiros.

Não obstante a sua fundamental importância para o equilíbrio dos demais ecossistemas brasileiros, como dispersor de águas, os cerrados têm sido vorazmente destruídos nas últimas décadas. A destruição dos cerrados tem financiamento subsidiado e isenções fiscais do governo brasileiro e envolve interesses de grandes grupos internacionais. Até quando o nosso silêncio condenará os cerrados ao fenecimento? Este alerta do ‘Manifesto Grande Sertão Veredas’ (Grupo de Estudos e Ações Ambientais, Montes Claros) tem sido refletido amplamente em nossa peregrinação, a partir das experiências concretas da seca de vários riachos e ribeirões em consequência do desmatamento do cerrado.

Atividades – Foram grandes as distâncias percorridas a pé durante este período de dois meses entre Pirapora e Januária. Neste tempo de férias escolares os espaços de debate e reflexão foram, além das celebrações, as reuniões com grupos específicos: crianças, jovens, educadores, pescadores, vazanteiros, lavadeiras, sindicatos rurais e urbanos, associações de desenvolvimento comunitário. Nestas reuniões tentamos, além de trocar informações sobre a situação da bacia do São Francisco e dos problemas locais, pensar e realizar ações concretas e possíveis para a preservação do Rio. Têm sido especialmente frutíferas as experiências com o plantio de árvores. Tentamos estimular ações possíveis ao indivíduo, ações possíveis através do trabalho coletivo em grupos e associações e ações possíveis através da pressão sobre órgãos públicos, governantes e empresas. Muitas sementes estão sendo plantadas. Que as águas do São Francisco reguem no coração de todo barranqueiro a responsabilidade e o carinho com o futuro do nosso vale.

Prefeituras e câmaras de vereadores – É muito importante espaço que temos ocupado, pois é fundamental que os municípios tomem posição frente à destruição do rio e o empobrecimento de suas populações. Na cidade de Januária, em resposta a nossa iniciativa, a presidência da câmara instituiu uma comissão composta por cinco vereadores. Esta comissão deverá coletar, junto à população de Januária, sugestões para a preservação do rio e propor a criação de leis e fomentar o desenvolvimento de ações e projetos. Durante nossa estadia no município discutimos e propomos a esta comissão sugestões relativas ao carvoejamento, ao tratamento dado ao esgoto da cidade, ao lixo (doméstico e hospitalar) à arborização da cidade, às áreas de preservação; propomos ainda projetos de desenvolvimento com aproveitamento dos frutos do cerrado, o trabalho de educação ecológica através das escolas e dos meios de comunicação etc...”(p.38-42).

O polígono da maconha

Na carta datada de 4 de setembro de 1993, escrita na cidade de Amparo do São Francisco, pode-se ler o seguinte trecho:

“O ‘*polígono da maconha*’ – No dia 24 de julho, atendendo ao convite do bispo Dom Ceslau Stanula, nos afastamos 60 km da beira do rio para um dia de intensas atividades na sede da diocese. Ao chegarmos em Floresta, PE, soubemos que a programação estava suspensa, pois na véspera ‘mais um’ tinha sido assassinado na guerra que envolve problemas de família e disputas pelo domínio nos negócios de produção e tráfico da maconha. Os moradores, certos e temerosos do revide, mal saíam à porta de suas casas e qualquer movimentação maior seria perigosa. Tivemos assim nosso primeiro dia de ‘descanso forçado’ na longa jornada pelo São Francisco. Fatos como este são hoje comuns em Floresta, um dos centros do ‘polígono da maconha’. Este ‘polígono’ compreende uma vasta área dos estados da Bahia e de Pernambuco, hoje maior produtora da



Mutirão de limpeza nas margens do Velho Chico.

droga no mundo. Desde Xique-Xique já nos deparávamos com a violência ligada ao narcotráfico, mas neste último trecho a máfia da droga se tornou de tal forma poderosa que o terror e a impunidade compõem o cotidiano das comunidades. Em Belém do São Francisco ouvimos de uma mãe de família: *'Graças a Deus, lá em casa só mataram um'*. No interior de Juazeiro foi assassinado um agente de pastoral, o Manequinha, suspeito de ter denunciado uma plantação de maconha. Se forem feitas estatísticas sobre os assassinatos ligados à droga nesta região, ficará evidenciada uma das mais graves situações de violência do país. Por que tamanho silêncio e tão grande impunidade?

Silêncio e impunidade – Os negócios da maconha movimentam a economia regional, envolvendo grandes interesses. Uma região castigada pela pobreza, pelo coronelismo e pelas políticas agrícolas excludentes em relação à pequena produção, foi um terreno fértil para a máfia da droga. A atuação da polícia se mostra ineficiente e também perversa, quando evita a punição dos grandes responsáveis por esta situação (donos das plantações, grandes traficantes, lideranças políticas envolvidas, etc...) e acirra a violência sobre e entre os moradores locais. Apesar da gravidade da situação, pouquíssimo se fala a este respeito na região. Em relação aos meios de comunicação, com poucas exceções, o silêncio é sepulcral. À exceção do jornal *Diário de Pernambuco* e das entrevistas ao vivo em algumas rádios, todos os demais meios de comunicação a que tivemos acesso (foram várias rádios, TVs e jornais) omitiram declarações sobre o assunto. Em meio a este silêncio opressivo ganha força a voz profética de Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro, BA, a única autoridade da região a denunciar esta situação de morte e opressão. Nas comunidades do interior o medo é tal, que os moradores evitam falar no assunto. No projeto Brígida, re-assentamento dos atingidos de Itaparica em Orocó, PE, ao final da celebração, alguns moradores, mais animados a enfrentar o problema, nos diziam que aquela foi à primeira vez que lá alguém teve a coragem de pronunciar em público a

palavra ‘maconha’. Comunidades como Itamotinga, interior de Juazeiro, sofrem tamanha violência que os moradores amedrontados, não ousam sair de suas casas depois do anoitecer. A desconfiança e o medo tomam o lugar da espontaneidade e da hospitalidade tão características no interior nordestino. Em todas as comunidades que visitamos este assunto foi abordado de maneira enfática. O clima era tenso e muitos irmãos na caminhada temeram por nossas vidas. Deus nos quis vivos e nos sustentou, a questionar este caminho de desagregação e violência.

Ética e trabalho – Na borda do Lago de Sobradinho visitamos uma família que sabíamos envolvida com a droga. Ao perguntarmos à dona da casa pelo seu filho, esta nos informou que ele estava trabalhando em uma roça de cebola. Perguntamos, sem rodeios, se junto com a cebola ele não plantava também maconha. A resposta foi surpreendente: *‘Não deixa de plantar, porque aqui todo mundo planta’*. Perguntada se o filho fumava maconha, esta senhora quase desmaiou: *‘Nossa Senhora me livre dessa hora má!’* Percebemos que entre a população existe uma condenação terrível em relação aos usuários e uma tolerância imensa em relação aos que lucram com a maconha. Uma profunda e generalizada interdição faz da erva e dos seus usuários os ‘malditos’. Por causa do dinheiro, muitos se sujeitam a trabalhar na produção daquilo que íntima e profundamente condenam, gerando uma situação de mal-estar com implicações psicossociais ainda pouco aquilatadas. Esta dissociação entre o que se pensa e o que se faz em relação à maconha é a vivência, no sertão, de um corte que a nossa civilização produziu: ética para um lado, trabalho para o outro. Da mesma forma que o nosso povo justifica trabalhar no que condena por causa do dinheiro auferido, países fomentadores e beneficiários da indústria bélica se arrogam defensores da paz. Esta dicotomia quebra dentro de nós algo sagrado: nossa inteireza, nossa integridade. Daí o mal-estar. Acreditamos que todos, independentemente do seu grau de instrução e informação, são capazes de apreender o que é essencial. Mesmo as idéias mais sutis, desde que colocadas de forma acessível, são temas para debate. Por isso, esta dicotomia entre ética e trabalho, questão fundamental da crise civilizatória que vivemos, foi debatida com todos os grupos e comunidades que visitamos. Às vezes, o trabalho com os pobres está imbuído de uma idéia distorcida, que os isenta da responsabilidade sobre sua situação de opressão. A ‘culpa’ recai exclusivamente sobre os opressores e o sistema opressor, mas é esquecido que os pobres são peças fundamentais na manutenção desta engrenagem. Nosso trabalho com estas comunidades foi questionar o quanto cada um, por proveito próprio ou omissão, é também responsável pelo terror que todos estão vivendo. Buscamos fortalecer a resistência destas comunidades à violência que se banaliza pela freqüência e pela impunidade. Buscamos fortalecer a disposição de cada um a trilhar o caminho reto, a não ceder ao cinismo de querer ‘levar vantagem em tudo’. Que cada um se saiba responsável pela vida que constrói para si e para sua comunidade” (p.63-5).

As meninas-formicida

Na carta escrita no trajeto de Dores do Indaiá a Várzea da Palma, em 4 de dezembro de 1992, aparece o seguinte registro:

“As *‘meninas-formicida’* – São as crianças e adolescentes que trabalham para as empresas de reflorestamento aplicando formicida nas áreas de eucalipto, constituindo um novo tipo de bóia-fria que se espalha pelo sertão mineiro. *‘O serviço é duro e cansa-*

tivo, cansa e irrita a mão, mas é o único trabalho que sobrou numa cidade cercada de eucalipto por todo lado’, informa uma das tantas ‘meninas-formicida’ de Felixlândia, MG. O trabalho consiste em aplicar, com as mãos, formicida granulado ou líquido nos formigueiros que proliferam entre os eucaliptais. As ‘meninas-formicida’ não usam máscara, nem luvas, apesar de estarem em permanente contato com um inseticida altamente tóxico, como indica a faixa preta da embalagem. A preferência na escolha por meninas para esse trabalho se deve ao fato de elas terem uma maior paciência para procurar os formigueiros. Estivemos no embarque das turmas de ‘meninas-formicida’ de Felixlândia, que diariamente se dirigem para as áreas das reflorestadoras Mannesmann, Ical e Verágua” (p.33).

Referência bibliográfica

CAPPIO, L. F. (Frei OFM); MARTINS, A.; KIRCHNER, R. (Org.) *Rio São Francisco: uma caminhada entre vida e morte*. Apresentação Nancy Mangabeira Unger. Petrópolis: Vozes, 1995.